

Rede urbana e atividades laborais no Algarve do final da Idade Média: hierarquia, especialização e complementaridade¹

Gonçalo Melo da Silva
(IEM, FCSH-Universidade Nova de Lisboa)

No contexto da Europa urbana medieval, as vilas e a maioria das cidades portuguesas eram aglomerados urbanos de muito pequena dimensão, sendo a única exceção o caso de Lisboa, a qual assumia uma posição de médio porte, equiparável, por exemplo, em termos de espaço intramuros a Salamanca, em Castela, ou Danzig, na Polónia (Marques 1994, 106-107). Apesar disso, Oliveira Marques apresentou uma proposta de hierarquia dos centros urbanos portugueses, recorrendo à extensão da área amuralhada. À cabeça surgia Lisboa com 103,6 ha, sendo acompanhada de longe por três aglomerados de média dimensão, Évora, Santarém e Porto, com áreas entre os 50 e 45ha. Seguiam-lhes, por fim, um grupo de localidades com uma posição mais pequena com recintos estimados entre os 30ha e 10ha, como Aveiro, Torres Vedras e Viseu (Marques 1994). Embora o espaço amuralhado seja um dado elucidativo para reconstituir a hierarquia urbana e definir pequenas cidades no contexto português, existem outros elementos que podem e devem ser utilizados em associação a fim de obter uma visão mais precisa.

Com efeito, nas últimas décadas, vários historiadores portugueses² contribuíram para o estudo das pequenas cidades e das hierarquias urbanas, recorrendo a outros elementos, como o número de habitantes, as representações dos concelhos em Cortes e as funções urbanas exercidas pelas vilas e cidades. A investigação realizada contribuiu, entre outros aspetos, para reconstituir algumas hierarquias regionais e estabelecer comparações a nível europeu, assim como prosseguir o debate – ainda em aberto – sobre o que foi um núcleo urbano, uma pequena vila no Portugal medieval e como podemos distinguir estas daquelas que nunca se chegaram a afirmar como tal – *vilas fracassadas* (Martínez Martínez). A par da reflexão conceptual, os trabalhos realizados sobre as pequenas cidades portuguesas permitiram explorar diversas problemáticas, convocando aspetos concretos da realidade cidadina, como as muralhas e os espaços e equipamentos de abastecimento, a gestão concelhia dos recursos naturais e o papel destas localidades na estratégia régia para reforçar a sua autoridade e organizar e enquadrar o território (Coelho 2010; Andrade e Costa).

Contudo, e apesar de se registar *grosso modo* no mesmo período um crescimento dos estudos de história económica medieval em Portugal (Barata e Henriques), os historiadores portugueses parecem não ter revelado muito interesse em estudar a relação entre a escala urbana, as ocupações profissionais, como os artesãos, e os seus sinais de especialização e hierarquização profissional. Com efeito, continuam a ser necessários trabalhos sobre a presença das diferentes atividades económicas, nas localidades de pequena e média dimensão. Do mesmo modo, interessa refletir sobre o papel destas atividades na definição das funções económicas desses núcleos de população e das suas áreas de influência, assim como o seu contributo na definição e hierarquização da rede

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, Ref.^a PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

² Considerando a extensão da bibliografia sobre estas temáticas e na impossibilidade de citar todos os contributos, indicamos apenas os balanços historiográficos e os estudos de enquadramento teórico mais recentes: (Coelho 2010; Andrade e Costa; Costa 2013, 2016, 2018; Costa, Andrade e Tente; Silva 2021).

urbana à escala regional e nacional. A menor produção dos medievalistas nesta temática de investigação explica-se, em parte, pela escassez e laconismo das fontes disponíveis para o seu estudo.

Assim, partindo do estudo de um conjunto de casos de uma região, este artigo pretende contribuir para conhecer melhor as atividades profissionais e a organização dos mesteres nos núcleos urbanos de pequena e média dimensão no Portugal Medieval. Neste aspeto, importa esclarecer que, de acordo com Franz-Paul de Almeida Langhans e A. de H. Oliveira Marques, os termos medievais *mesteirais* e *mesteres* eram empregues para designar, respetivamente, artesãos e ofício, arte ou profissão mecânica que implicava uma aprendizagem e especialização. Contudo, no século XV, os dois conceitos podiam também ser utilizados num sentido mais lato, incluindo trabalhadores e profissões de outros sectores económicos, como os almuinheiros, regatões ou pescadores. (Marques 1984, 280-282; (Langhans, 282-283). A inclusão de alguns profissionais, como os ligados à construção naval e à transformação do pescado e cetáceos capturados, como os baleeiros, no grupo dos mesteres – entendidos como profissionais ligados às atividades de transformação de matérias-primas –, resulta consensual, mas o mesmo não acontece para outros casos, como os associados ao transporte fluvial e naval. Contudo, apesar de a sua atividade não ter por finalidade uma componente transformadora, encontramos para o Algarve vários mareantes, como os arrais, a participar na pesca e, possivelmente, na transformação do pescado capturado (Silva 2016, 120). Por isso, neste trabalho o termo mesteiral será entendido no seu sentido mais amplo.

Do ponto de vista da estrutura, começaremos por apresentar a região e refletir sobre as disponibilidades documentais para o estudo dos seus profissionais, explorando os desafios colocados pela documentação existente. De seguida, pretendemos identificar, pelo menos, as principais atividades laborais presentes nos núcleos urbanos algarvios, distinguindo entre aquelas que eram comuns a todos daquelas que apenas podiam ser encontradas em determinadas localidades. Procuraremos, a partir destas informações, refletir sobre os sinais de especialização, hierarquização e de complementaridade entre as diferentes localidades.

1. As vilas e cidades do Algarve e as ocupações profissionais dos seus habitantes: desafios da documentação para o seu estudo

Entre o fim da disputa pelo Algarve (1264/1267) e a morte de D. Dinis (1325), a Coroa, à semelhança do que levava a cabo no resto do reino (Andrade, 57-58), prosseguiu uma estratégia para reorganizar o território do Algarve e, por conseguinte, fortalecer o exercício da autoridade régia numa região recém-incorporada e durante tanto tempo, disputada, na qual os centros urbanos desempenharam um importante papel na organização e enquadramento administrativo, fiscal e judicial. Nesse contexto, além de apoiar os antigos núcleos urbanos herdados do período islâmico – Silves, Faro, Loulé e Tavira –, os monarcas promoveram a formação de sete vilas: Aljezur, Porches, Albufeira, Paderne, Cacela, Castro Marim e Alcoutim (Fig. 1). Ultrapassado o ciclo de conquista, organização e enquadramento territorial, no período que se estende da morte de D. Dinis (1325) até ao final do reinado do “Venturoso” (1521), no Algarve, tal como em todo o reino (Reis 2007, 154, 158, 164, 165, 169, 170, 174-191; Dias 1998, 29), o número de localidades elevadas à condição de vilas ou sedes de concelho e de urbes fundadas *ex nihilo* ou *ex novo* foi escasso. À malha urbana já existente juntaram-se apenas quatro vilas – Alvor (c. 1369-1378, 1495), Lagos (1361), Sagres (1443) e Portimão (1463), sendo que Paderne e Porches não vingaram como núcleos urbanos e foram incorporados no termo de outros (Silva 2021, vol. 1, 80-105, 122-137). Assim, nos finais da Idade Média, o

Algarve contava com treze localidades portuárias: Aljezur, Sagres, Lagos, Alvor, Portimão, Silves, Albufeira, Loulé, Faro, Tavira, Cacela, Castro Marim e Alcoutim (Fig. 2).

Figura 1. Forais outorgados às localidades algarvias (1266-1304)

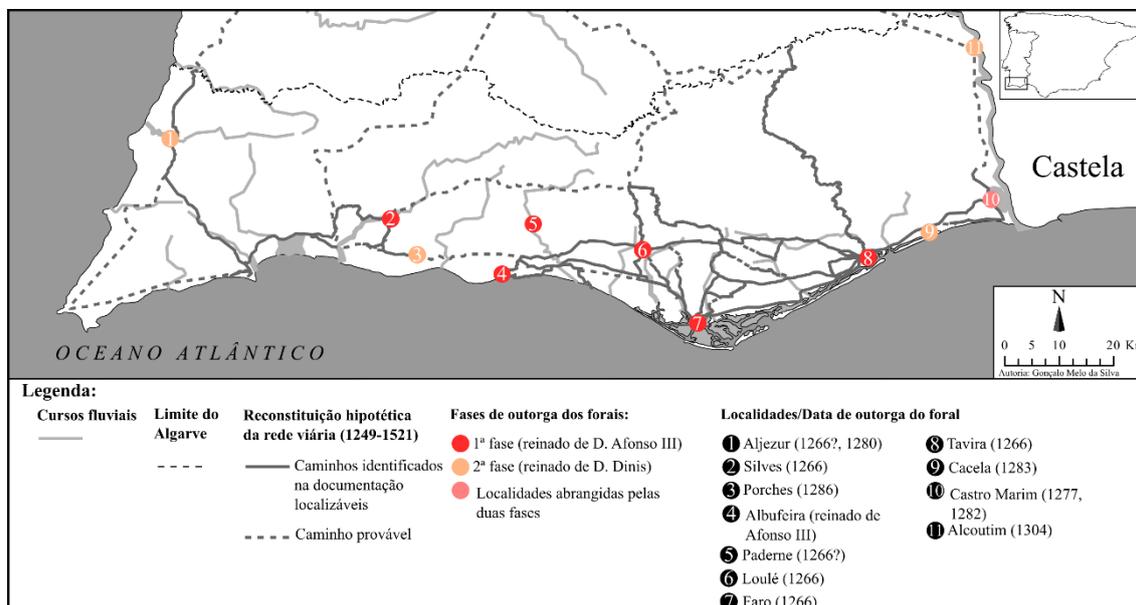
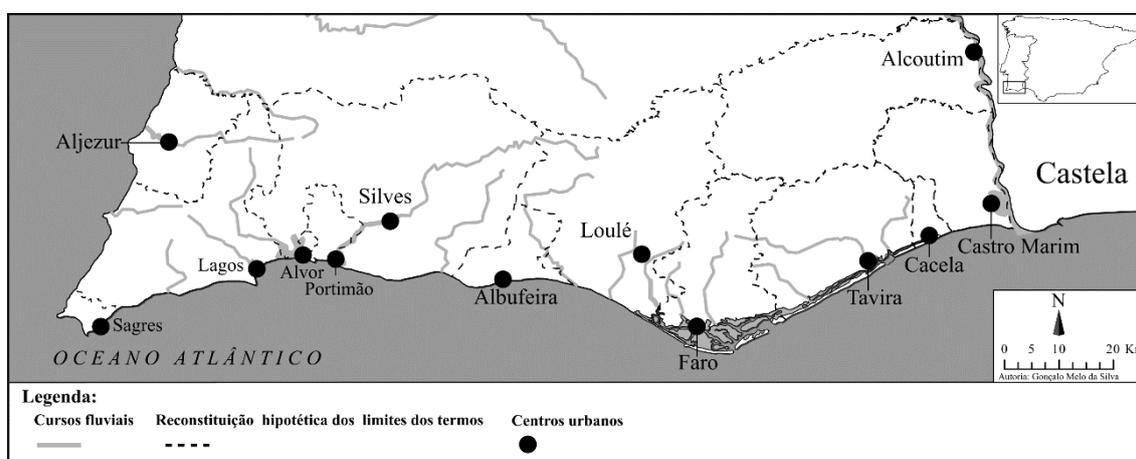


Figura 2. Vilas e cidades portuárias do Algarve em 1521



Os centros urbanos portuários do Algarve eram comunidades de pequena e média dimensão no contexto do reino, sendo possível dividi-los em três categorias distintas se consideramos, entre outros elementos, as funções urbanas por eles assumidas, nomeadamente no ordenamento militar, administrativo, fiscal, económico, religioso e cultural do espaço que os circunda (Silva 2021, vol. 1, 80-105, 122-137). Em primeiro lugar, os núcleos urbanos de média dimensão – vilas e cidades que foram sedes de estruturas administrativas régias e eclesiásticas com jurisdição supra-local (almojarifado, arcediagado) ou regional (comarca, contadoria, feitorias, diocese). Estavam localizadas nos sítios com melhores possibilidades de circulação, fosse a nível terrestre, marítimo e/ou fluvial. Detinham geralmente os portos com acesso de maior calado e melhores condições de acessibilidade. Apresentavam normalmente, os termos com maior extensão

e melhores potencialidades agrícolas. Beneficiavam de cartas de feiras. Pelas suas características, Silves, Loulé, Faro e Tavira, podem ser inseridas neste grupo ao longo de toda a cronologia em estudo. Lagos pode ser considerado como um núcleo urbano de média dimensão a partir do final do século XIV (Silva 2021, vol. 1, 79-253).

Em segundo lugar, os núcleos urbanos de pequena dimensão – vilas que foram, em alguns casos, sedes de estruturas administrativas régias com jurisdição supralocal, nomeadamente almoxarifados ou alfândegas, mas não de âmbito regional, como, por exemplo, a fazenda ou a feitoria das almadravas. Localizavam-se normalmente em locais de passagem nas vias de circulação que uniam os principais aglomerados urbanos da região. Dominavam termos com dimensões reduzidas e/ou de poucas potencialidades agrícolas. Neste patamar podemos integrar ao longo de todo o período em estudo as vilas de Aljezur, Albufeira, Castro Marim, Alcoutim e Portimão. Devemos, no entanto, salientar que a partir dos finais do século XV, esta última adquiriu características que a permitem inserir no grupo anterior, devido ao facto de beneficiar de um porto com maior profundidade e melhor acessibilidade do que o de Silves. A estratégia régia aí aplicada, bem como a dos seus senhores, promoveram o povoamento, afirmação e desenvolvimento económico da urbe, fazendo-a atingir um maior dinamismo (Silva 2021, vol. 1, 79-253).

Por fim, os núcleos urbanos «fracassados» (Martínez Martínez) – aglomerados humanos que foram fundados ou promovidos com o objetivo de se transformarem em verdadeiros núcleos urbanos, mas que, por causas várias, apenas desempenharam um papel residual no processo de urbanização da região algarvia, não se distinguindo substancialmente de aldeias, como eram os casos de Sagres ou Cacela. Alguns chegaram mesmo a ser incorporados no termo de outros núcleos urbanos, como Paderne, Porches e, durante grande parte do período em estudo, Alvor. Nunca foram sedes de estruturas administrativas régias com jurisdição supralocal, com a exceção de Sagres, onde sabemos existir um capitão, mas cuja área jurisdicional desconhecemos. Apresentam uma área urbana reduzida e difícil de conhecer, bem como termos com áreas extremamente reduzidas e com pouco potencial (Silva 2021, vol. 1, 79-253). Embora alguns termos pudessem apresentar determinadas potencialidades económicas ligadas ao mar, como Alvor e, sobretudo Sagres, estas foram exploradas e canalizadas para os núcleos urbanos vizinhos mais importantes. É disso exemplo o caso das armações de pesca situadas na linha de costa de Sagres, exploradas pelos armadores de Lagos,³ ou as marinhas de Alvor, obrigadas a garantir o abastecimento de sal da casa do sal de Lagos (Marques 1988, vol. 3, 362).⁴ Na verdade, a proximidade de núcleos urbanos mais importantes e dinâmicos deve ter contribuído para que não se conseguissem afirmar. Além disso, no caso de Sagres, o sítio escolhido, apesar de ocupar uma posição defensiva excelente e do apoio do infante D. Henrique, não fornecia as condições naturais necessárias para a manutenção de um núcleo urbano. De facto, já antes e depois da presença do infante no Algarve, estes elementos contribuíram sistematicamente para o fracasso de tentativas de implantação no local de comunidades monásticas e mendicantes (Silva 2021, vol. 1, 122-137, 298).

No período medieval, o Algarve não contou com um aglomerado urbano que exercesse uma efetiva “capitalidade”, situação que se verificou ainda entre os séculos XVI e XVIII (Magalhães 1970, 233-243; 1993, 110-111). Silves foi sede de bispado desde 1252, cabeça de comarca nos séculos XV e XVI e o núcleo urbano mais importante até meados do século XIV, mas parece nunca ter assumido uma posição preponderante face às restantes localidades, salvo no campo religioso. Com efeito, e de forma mais visível

³ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante TT), *Chancelaria (doravante Ch.) de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 35 (1501).

⁴ Ano de 1490.

sobretudo a partir do século XV, os principais núcleos urbanos da região – Lagos, Silves, Faro, Loulé e Tavira – parecem manter um certo equilíbrio entre si, que oscilou consoante as conjunturas, o que impediu que algum deles polarizasse os restantes, levando a que a região mantivesse as três unidades geográficas estruturais herdadas do período anterior ao domínio cristão: o Algarve Ocidental, o Algarve Central e o Algarve Oriental. Até ao século XV, Silves assumiu um papel preponderante na região ocidental, mas foi perdendo esse papel a favor de Portimão e, sobretudo, de Lagos, a partir de Quatrocentos. No Algarve Central, Loulé e Faro, tal como no período muçulmano, continuaram a articular as relações entre o ocidente e o oriente algarvios e da região com o atual Baixo Alentejo. Por sua vez, no Algarve Oriental, Tavira assumiu-se como o principal centro polarizador desta área, convertendo-se, a partir dos finais do século XVI, no núcleo urbano mais importante do Algarve.

A consulta do *Numeramento de 1527-1532*, ainda que para um período tardio, mostra que Tavira tinha aproximadamente 2045 fogos urbanos, Lagos 1310, Faro 873, Loulé 536, Silves 271, Albufeira 194 e Castro Marim 125. No contexto do reino, os concelhos algarvios mais importantes apresentam o mesmo número de fogos ou aproximavam-se dos valores registados para vilas como Ponte de Lima (1523) e Viana (2104), mas ficam bem atrás das cidades portuárias mais importantes: Porto (4466) e Lisboa (17034) (Silva 2021, vol. 1, 184-194). Os núcleos urbanos portuários do Algarve encontravam-se dentro da órbita política da Coroa, das ordens militares – como a Ordem de Avis, Cristo e, sobretudo, Santiago – e desde o século XV, de algumas casas nobiliárquicas vinculadas à expansão portuguesa no Norte de África – como os Meneses – ou ao serviço cortesão – como os Andrade, os Coutinho e os Castelo Branco (Silva 2021, vol. 1, 80-105, 137-149).

Entre os séculos XIV e XVI, todos os núcleos urbanos algarvios parecem apostar maioritariamente na produção de fruta, sobretudo fruta seca, e de vinho, com atividades associadas como a produção e transformação de esparto, nos casos de Silves e Loulé, a pesca (Lagos, Portimão e Faro) ou os fretes marítimos, nas vilas de Portimão e Tavira. Estas atividades ajudavam a alimentar um importante comércio marítimo com Castela, sobretudo a Andaluzia, Aragão, Bretanha, Inglaterra, Flandres, Norte de África e Península Itálica. As vilas e cidades do Algarve importavam vários produtos de fora da região, entre os quais se destacavam, pela sua importância, os cereais, sendo seguidos de longe pelos têxteis e pelos produtos manufaturados (Magalhães 1970; Fonseca e Pizarro; Fonseca).

O estudo da região confronta-se, é certo, com fortes assimetrias quanto à documentação relativa ao período medieval. O *corpus* documental por nós recenseado para o estudo das vilas e cidades portuárias do Algarve é significativo – cerca de 4000 documentos, provenientes de arquivos centrais, como a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional de Portugal, locais, como os Arquivos Municipais de Loulé e Tavira, e estrangeiros, sobretudo andaluzes (Silva 2021, vol. 1, 18-40). Contudo, os diplomas tendem a concentrar-se cronologicamente nos séculos finais da Idade Média (84% para os séculos XV e XVI contra 16% para as duas centúrias anteriores). Considerando os seus produtores, observa-se também o predomínio da documentação régia (82%) e senhorial, nomeadamente das ordens militares de Avis, Cristo e Santiago. Os documentos das instituições assistenciais, sobretudo das ligadas aos ofícios marítimos, revelam-se significativos, mas, ao contrário de outras urbes, como o Porto (Melo) e Guimarães (Ferreira 2010), não dispomos de documentação de confrarias de mesteres ligadas a atividades artesanais. De resto, não encontramos referências a nenhuma destas associações na região, o que talvez explique a inexistência de registos escritos sobre elas (Silva 2021, vol. 1, 303-310). Mais acresce que as fontes de origem eclesiástica, à exceção

das produzidas pelas ordens militares, são escassas, tanto para a rarefeita rede conventual algarvia como para as igrejas paroquiais e a Sé de Silves, cujo acervo medieval em larga medida se perdeu. Os dados conhecidos são igualmente desiguais em termos geográficos, fornecendo mais informação para as localidades mais importantes – Lagos, Silves, Loulé, Faro e Tavira, em detrimento das restantes.

A par destas assimetrias documentais, o nosso olhar sobre as ocupações profissionais é ainda condicionado por outros fatores – também verificados no estudo de outros núcleos urbanos mais documentados, como Torres Vedras (Rodrigues, 282) ou o Porto (Melo, vol. 1, 45-46), os quais dificultam aferir a cronologia, a diversidade e a importância das atividades económicas, o seu reflexo na caracterização socioprofissional das respetivas populações e, por conseguinte, o peso dos mesteres na comunidade. Com efeito, tal como no caso portuense, os dados coligidos para a região algarvia restringem-se, por vezes, a menções genéricas a algumas profissões, sem acrescentar mais pormenores sobre o número ou identidade dos que a elas se dedicavam. O inverso, ou seja, a omissão da ocupação profissional, cargo ou função desempenhados para parte importante dos indivíduos recordados na documentação também é frequente, sobretudo em núcleos populacionais mais modestos.

Para o primeiro caso, são exemplo as referências genéricas a tripeiros, odreiros e mercadores de lojas de pano [Vasconcelos, 234 (1512)] que se respigam na documentação medieval alusiva a Tavira, ou ainda, a existência de textos normativos, como o dos chamiceiros incluídos nas vereações de Loulé,⁵ sem que os possamos identificar depois na restante documentação, conhecer os seus nomes ou aferir o seu peso no conjunto da população. Do segundo caso, recorde-se o tombo de propriedades da comenda santiaguista de Aljezur, de 1517, no qual os visitantes omitiram sistematicamente a profissão dos respetivos foreiros (Calapez, Viegas, Serra, 61-74). Mais do que um sinal da ausência de homens com profissões específicas, como, por exemplo ferreiros (que sabemos existirem por outros documentos) (Calapez, Viegas, Serra, 59) consideramos que a omissão da profissão se podia dever, talvez, ao número reduzido de habitantes (160 vizinhos na vila e termo, em 1517), o que permitia que os comendadores conhecessem todos os habitantes e facilmente pudessem gerir o património da milícia (Calapez, Viegas, Serra, 61-7). Por outro lado, a homonímia, sempre tão presente (Gonçalves 2010), dificulta, por vezes, uma identificação segura dos indivíduos em estudo.

Mais acresce que mesmo entre os que aparecem identificados com uma determinada profissão, é importante ter em conta a possibilidade de esta se poder articular com o desempenho de outras atividades remuneradas e ligadas a sectores económicos distintos, como forma de garantir o respetivo sustento ou de lograr um aumento de rendimentos. Nos centros urbanos do litoral, como Aveiro e Buarcos, a possibilidade de desempenho de atividades marítimo-portuárias conferia alguma singularidade a esta pluriatividade (Coelho 1983, vol. 1, 267-268; Silva 1991, 148). Este cenário também se vislumbra nos núcleos urbanos algarvios. Assim acontecia com Aires Eanes, pescador, e Maria Martins, sua mulher, moradores em Faro que, em 1361, encontramos a emprazar um campo do rei localizado no Almargem, termo da vila,⁶ ou com Gonçalo Eanes, barbeiro e morador em Loulé, que, em 1470, vendeu 300 cobros de fruta à edilidade⁷ (Botão 2009, 232); ao longo do século XV, encontramos outros profissionais, como um sapateiro e um ferreiro, a vender fijos ao concelho louletano (Ferreira 1985, 178, 179).

⁵ *Actas de Vereação de Loulé*, 96. Ano de 1402.

⁶ *Chancelaria de D. Pedro I*, 549-551.

⁷ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 213.

Se os núcleos urbanos algarvios partilham estas dificuldades, a documentação disponível para o seu estudo levanta outras. Desde logo, entre 1321 e 1521, os dados disponíveis permitiram identificar apenas cerca de 909 indivíduos, uma amostragem reduzida de profissionais se considerarmos o número de núcleos urbanos em estudo, os habitantes que apresentavam em 1527 e o período temporal abrangido. Além disso, como já referimos, a documentação recolhida apresenta uma forte assimetria a nível espacial e temporal, datando a maioria da informação do século XV e princípio do século XVI. Tal situação dificulta o estudo do incremento e da especialização de alguns sectores económicos e profissionais, sobretudo nas localidades mais modestas e dos trabalhadores que viviam no termo, especialmente os mestreiros, ao contrário do que se observa em outras vilas, como Torres Vedras (Rodrigues, 289-305).

Os dados coligidos apresentam ainda uma assimetria a nível da informação sobre as diversas atividades económicas. Se, por exemplo, para Lagos, Faro e Tavira quase nada sabemos sobre o peso efetivo dos mesteres associados à agricultura ou à produção ou transformação de alimentos,⁸ noutros, a documentação dá particular evidência aos ofícios do mar e do rio, como é o caso de Faro. Nesta cidade, os compromissos da Confraria do Corpo Santo fornecem preciosas listagens com os nomes dos pescadores e mareantes, algo de que não dispomos para outros núcleos urbanos, ou para outros setores profissionais.⁹

Perante a escassez de informação e a cronologia limitada e tardia dos dados empíricos que as fontes nos disponibilizam, devemos tomá-los mais como indicativos do que como caracterizadores de uma realidade complexa. No entanto, tal como outros investigadores, consideramos que, apesar de lacunar, a informação disponível, quando devidamente enquadrada, nos permite refletir e responder aos objetivos do presente artigo (Rodrigues, 282, 305-313; Beirante, 404-439; Conde, vol. 1, 515-520; Melo 2021 vol. I, 48-65).

2. As atividades profissionais: reconstituição, especialização e hierarquia

Com efeito, entre 1321 e 1521, identificámos 92 atividades profissionais, das quais as mais numerosas estavam ligadas à transformação de matérias-primas (46%). De acordo com a historiografia sobre a organização do trabalho medieval português (Rodrigues, 282; Melo, vol. II, 13-345), as profissões encontradas podem ser agrupadas *grosso modo* em dez sectores económicos, sendo o ligado às atividades marítimo-fluviais aquele que apresenta maior variedade de ocupações profissionais (Quadro 1).

Quadro 1: Atividades profissionais encontradas nas vilas e cidades portuárias do Algarve (1266-1521)

| | |
|---|--|
| Sector 1: Agro-pastoril e Exploração Florestal | Hortelão Lavrador Podador Porcariço Adueiro Carvoeiro |
| Sector 2: Mar e Rio | Marnoteiro Baraceiro |

⁸ A escassez de informação sobre estes últimos também se verifica em outras vilas portuguesas, como Torres Vedras e Alcácer do Sal (Rodrigues, 285-289; Pereira, 188-190).

⁹ Os compromissos da Confraria do Corpo Santo de Faro de 1498 e 1499 foram aprovados, respetivamente, por 95 e 85 confrades. (Silva 2016, 134).

| | |
|--|---|
| | <p>Carpinteiro e mestre de fazer caravelas ou mestre de fazer navios Carpinteiro da Ribeira Calafate Petintal Mestre e examinador dos calafates Arqueador Barqueiro Mareante Piloto Arrais Patrão Mestre Capitão Pescador Pescador de linha Pescador de cana Chinchoro Enxávega Trasmalheiro ou Pescador tresmalheiro Armador Atalaia Maiores</p> |
| Sector 3: Mesteres da Alimentação | <p>Atafoneiro Moleiro Padeira Alfeloieiro Lagareiro Moedor</p> |
| Sector 4: Couros e Peles | <p>Surrador Albardeiro Seleiro Correeiro Sapateiro</p> |
| Sector 5: Têxteis e vestuário | <p>Tecelão Tosador Alfaiate Vedor da roupa dos alfaiates Roupeiro Gibiteiro</p> |
| Sector 6: Construção | <p>Carpinteiro Serralheiro Serrador Pedreiro Pintor Talheiro</p> |
| Sector 7: Metais e Armas | <p>Alfageme Ferrador/ferradeira Ferreiro Mestre de Ferros de lanças Armeiro Ourives Picheleiro</p> |
| Sector 8: Outros ofícios artesanais | <p>Oleiro Odreiro Tanoeiro Borracheiro Saboeiro Esparteiro</p> |
| Sector 9: “Profissões liberais” | <p>Alveitar</p> |

| | |
|----------------------------|--|
| | Curador Sangrador Cirurgião Físico Advogado Barbeiro Mestre de Ensinar os Moços |
| Sector 10: Comércio | Tendeiro Feireiro Vendedeira Carniceiro Peixoteira/Peixoteiro Pescadeira Tripeira Fangureira Verceira Especieiro Boticário Regatão/Regateira Almocreve Mercador Corretor Carregueiro Carreteiro Coronheiro Estalajadeiro |

De acordo com a documentação compulsada, existia um conjunto de ocupações profissionais que podiam ser encontradas tanto nos núcleos urbanos mais importantes da região – Lagos, Silves, Loulé, Faro e Tavira – como nos de dimensão mais modesta, como Aljezur, Albufeira ou Castro Marim. São disso exemplo os lavradores,¹⁰ mareantes, pescadores, sapateiros,¹¹ carpinteiros,¹² ferreiros,¹³ barbeiros¹⁴ e mercadores.¹⁵ Existem

¹⁰ Sendo várias as referências documentais sobre indivíduos a praticar esta atividade e as restantes, limitamo-nos apenas a referir a primeira menção documental para cada núcleo urbano. TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 122v (Silves, 1441), liv. 13, fl. 29-29v (Portimão, 1456), liv. 14, fl. 97 (Faro, 1466), liv. 22, fl. 79v (Lagos, 1443); liv. 30, fl. 133 (Aljezur, 1475); *OA/CSB*, mç. 8, n.º 780 (Albufeira, 1403); AMT, *Livro Grande 1403-1518*, fls. 7v-8 (Tavira, 1501); *MH*, Vol. VII, p. 116 (Castro Marim, 1440); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 29 (Loulé, 1385).

¹¹ TT, *Ch. de D. Dinis*, liv. 4, fl. 91v (Tavira, 1321); *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 4, fl. 26v-27 (Faro, 1378); *Ch. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 61v (Silves, 1475), liv. 33, fl. 152 (Lagos, 1473); *Casa de Abrantes*, liv. 123, n.º 2446 (Portimão, 1484); *Cortes de D. Fernando*, vol. 2, 23 (Albufeira, 1383); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 42 (Loulé, 1385).

¹² TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 16, fls. 114-114v (Silves, 1471), liv. 22, fl. 113 (Lagos, 1471), liv. 29, fl. 44-45 (Albufeira, 1466); *Ch. de D. João II*, liv. 22, fl. 137v (Faro, 1484); *Ch. de D. Manuel*, liv. 7, fl. 48v (Castro Marim, 1501); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 12 (Loulé, 1374); (Beloto, 321-325), Tavira, 1382.

¹³ TT, *Ch. de D. Dinis*, liv. 1, fls. 30v-31 (Tavira, 1281); *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 158v (Lagos, 1455); *Ch. de D. João II*, liv. 2, fl. 58v (Aljezur, 1482), *Ch. de D. Manuel*, liv. 45, fl. 69 (Faro, 1501); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 26 (Loulé, 1376); *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, 33 (Silves, séc. XV).

¹⁴ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 94 (Tavira, 1450), liv. 16, fls. 114-114v (Silves, 1471), liv. 20, fl. 33v (Faro, 1435), liv. 21, fl. 44v-45 (Lagos, 1471); *Ch. de D. Manuel*, liv. 21, fl. 30v (Portimão, 1500); *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, p. 16 (Silves, séc. XV); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 213-214 (Loulé, 1470)

¹⁵ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 118v (Faro, 1454); *LN, Odiana*, liv. 7, fls. 205-206 (Portimão, 1515), *Direitos Reais*, liv. 2, fl. 162-162v (Silves, 1316); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. liv. 1,

algumas profissões que apenas se encontram referidas na documentação para os núcleos urbanos mais dinâmicos, mas é certo que também existiam nos restantes, uma vez que encontramos referências, por exemplo, aos instrumentos de trabalho que estes profissionais empregavam, como as barcas, aos equipamentos urbanos e periurbanos que utilizavam, como os fornos, moinhos ou saboarias, e às propriedades, como as hortas e salinas, e espaços de abastecimento onde laboravam, como as fangas ou os açougues.

Muitos faziam seguramente parte da vida normal de todos os núcleos urbanos algarvios, fosse na sua relação com o mundo rural (o hortalão,¹⁶ o podador,¹⁷ o porcarico,¹⁸ o adueiro¹⁹ e o carvoeiro²⁰), fosse na esfera dos ofícios associados ao mar e ao rio (o marnoteiro ou marnoto,²¹ o pescador de cana²² e de linha,²³ o xávegas ou enxávegas,²⁴ o chinchorro²⁵ e o pescador tresmalheiro ou *tresmalheiro*,²⁶ o arrais,²⁷ mestre²⁸ ou patrão²⁹). O mesmo se verificava para os mesteres ligados à alimentação – o moedor e o lagareiro,³⁰ o atafoneiro,³¹ o moleiro,³² a padeira,³³ a forneira³⁴ e o carnicero³⁵

fl. 12v, 33 (Loulé, 1376); ACMT, *Reforma dos Tombos*, tomo 1, fls. 115v-116v (Tavira, 1324); (Cunha e Pimenta, 318), Albufeira, 1402; (Corrêa, 458), Lagos, 1412.

¹⁶ *Chancelaria de D. João I*, vol. III, t. III, p. 231 (Silves, 1416); Calapez, Viegas, Serra, 128 (Faro, 1518); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 22 (Loulé, 1376).

¹⁷ AMT, *Livro Grande 1403-1518*, fls. 59v-60v (Tavira, 1511); Calapez, Viegas, Serra, 136 (Faro, 1518).

¹⁸ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, p. 207 (Loulé, 1468).

¹⁹ AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 32v (Loulé, 1375).

²⁰ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 7, fls. 5 (Lagos, 1512); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, p. 308 (Loulé, 1385).

²¹ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 20, fls. 41v-42 (Faro, 1449); *Ch. de D. João II*, liv. 10, fls. 5v-6 (Faro, 1491).

²² *Cortes de D. Pedro I (1357-1367)*, p. 117 (Silves, 1361).

²³ ADF, *Fundo do compromisso Marítimo de Faro*, liv. 48, fl. 18-19 (Faro, 1392).

²⁴ Os *xávegas* ou *enxávegas* pescavam com enxávegas, redes utilizadas para pescar solhas e outro peixe miúdo nos rios e na costa. A expressão enxávegas também podia descrever uma rede maior ou, até mesmo, várias redes que se juntava para capturar os peixes através do arrasto. (Pico 1963, 550). Sañez Reguart 1988, vol. 1, 391-399. A partir da primeira metade do século XV, a documentação compulsada permite verificar que a pesca com a xávega parece ser praticada sobretudo entre Castro Marim e a Figueira, lugar do termo de Faro. TT, *MCO, OC/CO*, liv. 234, parte 2, fl. 176v-177 (Castro Marim, 1410); TT, *Gavetas, Gaveta 20*, mç. 7, n.º 4 (1486).

²⁵ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 35 (Faro, 1451). Os chinchorros utilizavam a *chimcha*, rede pequena composta por uma faixa de esparto e uma corda reduzida de cânhamo que se utiliza para capturar, por exemplo, camarões e bogas. (Pico, 557; Sañez Reguart, t. I, 160). Sabemos que, em 1410, em Castro Marim, os pescadores castelhanos também recorriam à chinchinha para pescar sardinhas e outros pescados. TT, *MCO, OC/CO*, liv. 234, parte 2, fl. 176v-177.

²⁶ AMT, *Livro Grande 1403-1518*, fls. 34v-35 (Tavira, 1511). O pescador tresmalheiro empregava o tresmalho, rede constituída por três panos, variando em cada um a dimensão do quadrado da malha. (Pico, 561; Sañez Reguart, t. I, 385-387, t. II, 220-221).

²⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, p. 110 (Tavira, 1359); *Chancelaria de D. João I*, Vol. IV, T. I, pp. 180-181 (Faro, 1421); *MH*, Vol. IX, pp. 216-219 (Lagos, 1443).

²⁸ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 4v (Faro, 1445), liv. 33, fl. 46 (Tavira, 1473); *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 2, n.º 1 (Lagos, 1489); Mingorance Ruiz, vol. 2, 829, 938, 978, 1029, 1124, 1151, 1493, 1568, 1569, 1638, 1780, 1799, 1838, 1937, 1984).

²⁹ *MH*, Vol. XI, pp. 172-179 (Lagos, 1452), Vol. XIV, 65-76 (Lagos, 1460).

³⁰ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 239-240 (Loulé, 1487).

³¹ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 218 (Loulé, 1403).

³² TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 37-37v (Silves, 1476); (Botão 2009, 345 (Loulé, 1450-1451).

³³ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 192-193 (Loulé, 1408).

³⁴ ACMT, *Reforma dos Tombos*, t. 1, fl. 107v-108v (1453).

³⁵ Consulte-se sobre esta profissão o que escrevemos sobre os açougues em: (Silva 2021, vol. I, 325-333).

– ou ainda, no campo da construção com o pedreiro,³⁶ o oleiro³⁷ e, provavelmente, o *caeiro* que, embora ausente da documentação, não faltaria para assegurar uma das principais matérias-primas empregues na construção de edifícios, sobretudo de habitações. Entre os artesãos, figurava ainda o saboeiro (Magalhães 1970, 172). Na esfera comercial, não faltariam a fangueira,³⁸ os regatões³⁹ ou regateiras,⁴⁰ a vendedeira⁴¹ e o almocreve⁴², mas torna-se mais difícil saber se todas as vilas tinham o peixoteiro⁴³ ou peixoteira,⁴⁴ a pescadeira (Botão 2009, 344), a tripeira (Vasconcelos, 234)⁴⁵ a verceira (Iria 1990, doc. 17, 225-226),⁴⁶ o tendeiro⁴⁷ ou o feireiro.⁴⁸ A partir da segunda metade do século XV, sabemos que algumas localidades mais modestas, como Albufeira e Alcoutim, podiam contar igualmente com a figura do sangrador,⁴⁹ roupeiro⁵⁰ e tecelão⁵¹. No princípio do século XVI, Portimão e Castro Marim chegaram mesmo a ter, respetivamente, físico,⁵² cirurgião,⁵³ tanoeiro⁵⁴ e corretor da fruta,⁵⁵ devido certamente à importância que estes dois pequenos portos foram adquirindo, sobretudo o de Portimão. Não será despidendo considerar que algumas destas profissões, como o tanoeiro e o tecelão, já existissem em cronologias anteriores.

Como expectável, era nos principais centros urbanos da região que se podia observar o leque mais diversificado e especializado de atividades económicas. Mais povoadas e dinâmicas do ponto de vista comercial, tais localidades participavam ativamente nas principais rotas comerciais que ligavam a região ao resto do reino, ao Mediterrâneo e ao Norte da Europa. Por seu turno, os portos mais relevantes, como Lagos, Faro e Tavira, desempenhavam um papel fulcral no abastecimento das praças portuguesas no Norte de África. Assim, é nestas urbes que encontramos no sector da alimentação o alfeloeiro,⁵⁶ na

³⁶ TT, *Ch. de D. Fernando*, liv. 1, fl. 200-200v (Tavira, 1377); *Ch. de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 65 (Lagos, 1471), *Ch. de D. João II*, liv. 8, 126v-127 (Silves, 1486); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 38, 128, 162 (Loulé, 1385).

³⁷ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 16, fls. 129 (Lagos, 1471); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 12 (Loulé, 1374); *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, 17 (Silves, séc. XV); Calapez, Viegas, Serra, 142 (Faro, 1518); *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. I, 90 (Tavira, 1384).

³⁸ AML, *Livro de receita e despesa (1423-1425)*, fl. 12v, 37v (Loulé, 1424).

³⁹ (Botão 2009, 327 (Loulé, 1450-1451).

⁴⁰ Marques 1988, vol. I, 90-92 (Faro e Tavira, 1351).

⁴¹ *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, p. 17 (Silves, séc. XV); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 210 (Loulé, 1468). Sobre os conceitos de vendedeira, pescadeira e verceira, consulte-se o trabalho recente e os estudos citados em: (Pereira, 30-34, 39).

⁴² TT, *Ch. de D. João II*, liv. 22, fls. 17-18 (Faro, 1484); *Ch. de D. Manuel*, liv. 7, fls. 5v (Lagos, 1512); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 14, 16, 24 (Loulé, 1376).

⁴³ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 57 e 78 (Loulé, 1394 e 1402).

⁴⁴ TT, *Ch. de D. João II*, liv. 12, fl. 149v-150 (Loulé, 1487).

⁴⁵ Em 1512.

⁴⁶ Faro, em 1444.

⁴⁷ TT, *Ch. de D. João II*, liv. 1, fls. 43v (Lagos, 1481).

⁴⁸ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 195 (Loulé, 1408).

⁴⁹ TT, *OA/CSB*, mç. 8, n.º 759 (Albufeira, 1404).

⁵⁰ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 44-45 (Albufeira, 1404).

⁵¹ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 158v (Lagos e Tavira, 1455), liv. 30, fl. 165v (Alcoutim, 1475); (Botão 2009, 337 (Loulé, 1450).

⁵² TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 12, fl. 17 (Portimão, 1500), liv. 42, fl. 79 (Portimão, 1513)

⁵³ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 42, fl. 79 (Portimão, 1513)

⁵⁴ TT, *LN, Odiana*, liv. 2, fl. 111v-112v (Portimão, 1485).

⁵⁵ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 24, fl. 162 (Castro Marim, 1515).

⁵⁶ *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 162 (Loulé, 1494). O alfeloeiro fazia e vendia doces, sobretudo alfêloa, doce de açúcar ou melaço. (Viterbo, vol. 1, 353).

área dos couros e peles o surrador, o albardeiro,⁵⁷ o seleiro⁵⁸ e o correeiro⁵⁹ e ainda, no campo dos têxteis e vestuário o tosador,⁶⁰ o alfaiate⁶¹ e o gibeteiro.⁶² No sector da construção aparecem o serralheiro,⁶³ o serrador⁶⁴ e o pintor,⁶⁵ no campo dos metais e das armas o alfageme,⁶⁶ o ferrador⁶⁷ ou ferradeira,⁶⁸ o armeiro,⁶⁹ o picheleiro⁷⁰ e o ourives⁷¹. Somam-se ainda aos artesãos outros profissionais, como o carregueiro⁷² ou carretador,⁷³ o coronheiro,⁷⁴ o alveitar,⁷⁵ o curador,⁷⁶ o cirurgião,⁷⁷ o físico,⁷⁸ o advogado⁷⁹ e o corretor.⁸⁰ A partir da segunda metade do século XV, Lagos e Tavira, os dois núcleos urbanos mais importantes da região, chegavam mesmo a contar com outros profissionais que não se documentam nas restantes vilas algarvias, como o “mestre de ensinar moços”,⁸¹ o boticário⁸² e o especieiro.⁸³

Apesar de os núcleos urbanos do Algarve de média dimensão apresentarem um conjunto de atividades económicas que parecia satisfazer as suas necessidades, os governos concelhios preocuparam-se em manter ou, até mesmo, atrair, por vezes de

⁵⁷ Iria 1990, doc. 24, p. 243 (Tavira, Faro e Loulé); *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 135, 162 (Loulé, 1494); Calapez, Viegas, Serra, 132 (Faro, 1518).

⁵⁸ TT, *LN, Odiana*, liv. 5, fls. 113v-114 (Tavira, 1478); *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, p. 43 (Silves, séc. XV); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 23 (1385).

⁵⁹ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 2-2v (Tavira, 1471).

⁶⁰ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 56 (Silves, 1441), liv. 11, fl. 5 (Tavira, 1451); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 225 (Loulé, 1487); Calapez, Viegas, Serra, 125 (Faro, 1518).

⁶¹ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fl. 91v (Tavira, 1321); *Ch. de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 87v (Silves, 1436); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 17-17v (Loulé, 1375); *Chancelaria de D. João I*, vol. III, t. III, pp. 134-135 (Faro, 1413); Corrêa, 460 (Lagos, 1412).

⁶² (Tavares 1984, vol. 2, 130 (Faro, 1444), 357 (Tavira, 1444).

⁶³ TT, *Ch. de D. João II*, liv. 5, fl. 22 (Tavira, 1491); *MH*, Vol. XV, 122-125 (Lagos, 1498).

⁶⁴ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 7, fl. 5 (Lagos, 1512)

⁶⁵ *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, 25 (Silves, séc. XV).

⁶⁶ AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 12v (Loulé, 1375); *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, 24 (Silves, séc. XV); *Chancelaria de D. Duarte*, vol. I, T. II, 7-11 (Tavira, 1435).

⁶⁷ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 105 (Tavira, 1471); *Ch. de D. Manuel*, liv. 22, fl. 99-100 (Lagos, 1504); AML, *Livro de receita e despesa (1375-1376)*, fl. 6 (Loulé, 1375); Calapez, Viegas, Serra, 128 (Faro, 1518).

⁶⁸ Calapez, Viegas, Serra, 130, 147 (Faro, 1518).

⁶⁹ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 6, fl. 101v (Faro, 1499); Iria 1990, doc. 21, p. 233 (1447).

⁷⁰ TT, *Ch. de D. João II*, liv. 6, fl. 10 (Tavira, 1482); Calapez, Viegas, Serra, 121 (Faro, 1518).

⁷¹ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 158v (Tavira, 1455); (Botão 2009, 340, 346 (Loulé, 1450-1451).

⁷² TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 17, fls. 65-65v (Lagos, 1512); Calapez, Viegas, Serra, 141 (Faro, 1518).

⁷³ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 240 (Loulé, 1487).

⁷⁴ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 143v (Loulé, 1475).

⁷⁵ *MH*, Vol. XV, 438-440 (Lagos, 1454).

⁷⁶ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 19, fl. 40 (Tavira, 1505).

⁷⁷ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 39 (Lagos, 1441) e 66v (Faro, 1441), liv. 8, fl. 117 (Loulé, 1464), liv. 20, fl. 129 (Tavira, 1434); *Ch. de de D. Manuel*, liv. 2, fl. 56v (Silves, 1502).

⁷⁸ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 146v (Faro, 1455), liv. 20, fl. 129 (Tavira, 1434); *Ch. de D. Manuel*, liv. 12, fl. 29 (Lagos, 1499), liv. 44, fl. 81v (Silves, 1520); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 57, 73, 83, 84, 89, 92 (Loulé, 1385, 1394).

⁷⁹ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, pp. 111, 137, 146, 163, 164, 191 249, 250 (Loulé, 1402, 1403, 1408, 1488); *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 96, 103, 166 (Loulé, 1493).

⁸⁰ TT, *Ch. de D. Fernando*, liv. 4, fls. 13-13v (Faro, 1378); *Ch. de D. Afonso V*, liv. 27, fls. 129 (Tavira, 1443); *Ch. de D. João II*, liv. 9, fl. 39v (Silves, 1490); *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 42 (Loulé, 1385).

⁸¹ TT, *Ch. de D. Manuel*, liv. 17, fls. 65-65v (Lagos, 1501)

⁸² AMT, *Livro Grande 1403-1518*, fls. 53-53v (Tavira, 1511).

⁸³ TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 102 (Tavira, 1451).

idades mais longínquas, como Sevilha,⁸⁴ certos profissionais considerados necessários à urbe. Entre estes, figuravam os pescadores e, sobretudo, os artesãos (ferradores,⁸⁵ armeiros,⁸⁶ pedreiros, carpinteiros,⁸⁷ seleiros,⁸⁸ albardeiros⁸⁹), físicos e cirurgiões.⁹⁰ Os concelhos apoiaram os pescadores, uma vez que obtinham um produto fundamental para o abastecimento alimentar da urbe, o pescado, o qual podia ser consumido ou utilizado como moeda de troca para adquirir o cereal, sempre tão escasso nestas paragens (Silva 2021, vol. 1, 149-163). Por sua vez, os concelhos justificaram os apoios e privilégios a alguns artesãos, assim como aos físicos e cirurgiões, alegando a boa reputação que já tinham estabelecido na vila e a qualidade e/ou necessidade do seu trabalho.⁹¹ Veja-se, por exemplo, que em 1492, em Loulé, um ferrador beneficiou de apoios para colmatar dificuldades económicas que atravessava, tendo sido autorizado a laborar no domingo e dias santos para financiar a recuperação da sua casa.⁹²

A estratégia dos concelhos algarvios passou sobretudo pela outorga ou obtenção de privilégios junto do rei, nomeadamente a isenção de participar nas serventias e encargos concelhios, de acompanhar presos e dinheiros, de dar aposentadoria, de contribuir para a bolsa do concelho e de servir como quadrilheiros. No caso dos físicos e cirurgiões, as vereações de Faro⁹³ e Loulé⁹⁴ solicitaram e asseguraram também o pagamento da licença régia para que pudessem desempenhar as suas funções. Em algumas das principais localidades, como Loulé, Faro e Tavira, os concelhos foram ainda autorizados pelo rei a pagar tenças ou préstimos a estes profissionais⁹⁵ e, no caso desta última, também a um alveitar, um ferrador, um seleiro⁹⁶ e a um armeiro, a quem tinham dado uma casa.⁹⁷ A preocupação da vila tavirense com estes artesãos ligava-se certamente ao seu importante papel enquanto um dos principais portos de ligação e apoio às praças portuguesas no Norte de África.

A par da escala urbana e do apoio concelhio, a localização da urbe, nomeadamente a sua maior ou menor proximidade da costa, foi outro fator que levou também as atividades e os sectores económicos a assumirem pesos diferentes consoante os casos em estudo. Com efeito, nas vilas sediadas na costa e com os portos mais importantes – Lagos, Faro e Tavira –, o sector dos ofícios relacionados diretamente com o mar e com o rio parece ser o mais importante, especializado e hierarquizado, uma vez que se podiam encontrar aí a figura do pescador do alto, do capitão, do corsário, dos calafates e do carpinteiro da Ribeira. Os pescadores que se especializavam na captura das espécies mais rentáveis,

⁸⁴ Iria 1990, doc. 21, 233 (1447).

⁸⁵ *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 47, 58 (Loulé, 1492).

⁸⁶ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, 407 (Faro, 1498).

⁸⁷ *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 47, 58 (Loulé, 1492), 138 (Loulé, 1494).

⁸⁸ Iria 1990, 188-189 (Tavira, 1414).

⁸⁹ Iria 1990, doc. 24, 243 (Tavira, Faro e Loulé, 1449).

⁹⁰ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 206; TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 146v (Faro, 1455); TT, *LN, Odiana*, liv. 3, fl. 72 (Faro, 1460); Iria, doc. 3A, 188-189 (Tavira, 1414). A preocupação dos concelhos em assegurar a presença de um número adequado de físicos e cirurgiões não foi um exclusivo do Algarve, mas uma realidade já bem conhecida nos núcleos urbanos ibéricos. (Gonçalves 1988, 9, 16; Menjot, 140-170).

⁹¹ *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 206 (Loulé); TT, *Ch. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 146v (Faro, 1455).

⁹² *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 47, 58 (Loulé, 1492)

⁹³ TT, *LN, Odiana*, liv. 3, fl. 72 (Faro, 1460);

⁹⁴ *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 91, 116-117 (Loulé, 1493).

⁹⁵ TT, *LN, Odiana*, liv. 3, fl. 72 (Faro, 1460); *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*, 91, 116-117 (Loulé, 1493). Iria 1990, doc. 3A, 188-189 (Tavira, 1414).

⁹⁶ Iria 1990, 188-189 (Tavira, 1414).

⁹⁷ Iria 1990, doc. 21, 233 (1447).

como os cetáceos (maiorais) e o atum (armador, atalaia), encontravam-se, sobretudo em Lagos e Tavira (Silva 2021, vol. 1, 203-204). A partir do princípio do século XVI, espelhando uma prática mais vasta, os principais portos da região algarvia passaram a contar também com a figura do arqueador⁹⁸, a quem cabia avaliar a tonelagem das embarcações.⁹⁹ Não obstante, Tavira parece ter sido o único núcleo urbano do Algarve a contar com um “mestre e examinador dos calafates”, um cargo instituído pelo concelho, a pedido dos mareantes, a quem competia examinar e garantir a qualidade do trabalho dos calafates.¹⁰⁰ Assim, não constitui uma surpresa que tenha sido este sector económico a deixar mais testemunhos de formas de organização, como as bolsas, as confrarias e os hospitais, assim como na própria toponímia e configuração da paisagem urbana das localidades algarvias (Silva 2021, vol. 1, 224-236, 399-412).

Em nítido contraste, o sector das atividades económicas ligadas ao mar e ao rio era menos expressivo nos concelhos mais interiores, Silves e Loulé, como os próprios reconhecem, facto a que não deve ser alheia a crescente perda de importância dos seus portos fluviais ao longo do período em estudo, sobretudo no caso de Silves. Em 1440, nas cortes de Lisboa, o procurador de Silves queixava-se da falta de pescadores na cidade, solicitando ao rei privilégios para um pescador que garantisse o seu abastecimento (Iria, doc. 9, 201). Mais tarde, em 1486, o cabido da Sé solicitava ao monarca que o seu pescador não fosse constrangido a vender o pescado aos moradores da cidade, alegando, entre outros aspetos, que na “cidade nom há nenhum pescador e esto por causa da povoação de vila nova de Portimão E todo o pescado que naquele rio morre e de fora à dita cidade soia de vir todo se gasta e se vende em a dita vila Sem quererem trazer coisa alguma dele aa dita cidade”.¹⁰¹

Contudo, Silves e Loulé aparentam ter no sector agro-pastoril a sua principal fonte de riqueza, o que não é de estranhar, se considerarmos que se localizavam no interior e, sobretudo, dominavam os termos mais extensos e com maiores potencialidades da região. Na verdade, começando no Alentejo e terminando no mar, os termos de Silves e Loulé ofereciam boas pastagens na Serra, permitiam a exploração de árvores de fruto – sobretudo da vinha e da figueira – nas colinas do barrocal e nas planícies do litoral e dispunham ainda de terrenos férteis junto das linhas de água que cruzavam os seus termos, onde era possível cultivar os cereais, sempre tão escassos na região (Botão 1992, 59-74; 2009, 220-229). Os espaços que senhoreavam no barrocal ofereciam ainda uma matéria-prima importante, o esparto, utilizado pelos esparteiros na elaboração de vários utensílios, como cordas, seirões e capachas (Botão 1992, 24, 66; 2009, 224-226).

Embora de uma forma mais modesta, o cenário visível nas principais localidades parece ser extensível às vilas mais pequenas e menos documentadas da região, tanto às do litoral – Portimão, Albufeira, Castro Marim e talvez Cacela –, como às do interior – Aljezur, Alcoutim, Porches e Paderne –, como sugerem, em particular, os casos de Portimão e Alcoutim. Com efeito, em Portimão, vila sediada na foz do Arade, a economia parece ser comandada pelo sector dos ofícios do mar e do rio, desde a produção de sal à pesca (Silva 2021, vol. 1, 128-131), passando pelo transporte de mercadorias por via marítima.¹⁰² Em nítido contraste, em Alcoutim, uma vila situada no interior e senhora de

⁹⁸ Gonçalo Eanes, arqueador, parece trabalhar tanto em Lagos, como em Portimão. TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mc. 43, n.º 214. Leia-se sobre o processo de arqueação das embarcações: Costa 1997, 59-67.

⁹⁹ Costa 1997, 62.

¹⁰⁰ TT, *Ch. de D. Manuel I*, liv. 42, fls. 3-3v.

¹⁰¹ *História florestal, aquícola e cinegética...*, vol. III, pp. 87-88.

¹⁰² A vila assumiu um papel importante, por exemplo, no transporte de cereal da Andaluzia para as praças portuguesas do Norte de África, como revelam os dados apresentados em: (Corte-Real, 40-41).

um termo constituído sobretudo por terras na Serra, as atividades do sector agro-pastoril, como a criação de gado, são aquelas que mais aparecem referidas na documentação compulsada.¹⁰³

3. Considerações finais

Nos finais da Idade Média, as vilas algarvias de média dimensão – Lagos, Silves, Loulé, Faro e Tavira – evidenciam um maior dinamismo económico, com uma intensa atividade marítimo-mercantil e um maior grau de especialização e hierarquização dos mesteres e ofícios desempenhados pelos seus habitantes, oferecendo produtos e serviços mais especializados às localidades mais modestas da região. Embora um pouco distintas, as economias dos pólos urbanos do litoral e do interior do Algarve não deixam de aprofundar a sua complementaridade: os primeiros garantindo aos segundos os produtos do mar, como o pescado e as mercadorias que chegavam por via marítima, e estes não faltando com os produtos da terra, como a fruta, o vinho e alguns cereais, sempre tão escassos. As relações económicas mantidas entre Faro e Loulé são já um exemplo bem conhecido dessa realidade (Botão 2009, 288-293). A complementaridade e a especialização de alguns pólos urbanos, associadas ao crescimento, estímulo e capacidade de absorção do comércio local, regional e internacional, promoveram uma ocupação e exploração mais intensa dos espaços e dos recursos do litoral, barrocal e da serra, reforçaram paulatinamente a especialização de cada núcleo urbano e obrigaram a um controlo mais apertado de algumas atividades económicas.¹⁰⁴

Em suma, o caso do Algarve contribui para conhecer melhor as atividades laborais que podiam ser encontradas numa vila de pequena e média dimensão em Portugal, assim como para definir a sua hierarquia e influência regional. Mais acresce que a leitura do quadro algarvio nos leva a equacionar algumas questões que consideramos importantes, mas cuja resposta necessita ainda da realização de estudos comparativos com outras regiões e/ou escalas de observação mais vastas: O perfil mesteiral das cidades do Sul de Portugal era diferente das do Norte? O predomínio do sector económico ligado às atividades marítimo-fluviais nas cidades portuárias condicionou o desenvolvimento de outros sectores? Qual o papel da escala urbana no desenvolvimento de práticas e formas de organização dos mesteres, como as confrarias e as bolsas?

¹⁰³ TT, *Ch. de D. João II*, liv. 1, fl. 92 (1486), liv. 2, fl. 161v (1482).

¹⁰⁴ Leia-se, por exemplo, sobre este assunto o caso louletano (Botão 2009, 215-263).

Fontes impressas

- Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*. Separata da *Al'-ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 1999-2000.
- Beloto, Fernando Carlos. “Pharonensia Monumenta Historica V – Documentos do século XV”, *Anais do Município de Faro IX*, (1979): 321-326.
- Calapez, Fernando e Viegas, António e Serra, Manuel Pedro. “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve 1517-1518”, *Al'- ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé 5*, Suplemento, 2004.
- Ferreira, Maria Valentina Garcia. *Livro da repartiçom da fruta: edição diplomática e estudo linguístico*. Lisboa: s.n., 1985, Tese de mestrado em Linguística Descritiva Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.
- Iria, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV, subsídios para a sua história (1404-1449)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.
- Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, prefácio Humberto Baquero Moreno; identificação e transcrição de Maria José da Silva Leal; notas, observações e comentários de José Garcia Domingues. Lisboa: Câmara Municipal de Silves, 1984.
- Marques, João Martins da Silva ed. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. 2ª ed. Lisboa: INIC, 1988, 4 vols.

Obras citadas

- Amorim, Inês. “Capítulo 2 - Pesca costeira e do alto”. Em Inês Amorim ed. *Sector das pescas*. Em Nuno Luís Madureira ed. *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. 2. Lisboa, Editorial Celta, 2001. 77-142.
- Andrade, Amélia Aguiar, “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica”. Em Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesus Telechea Solórzano eds. *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2004. 57-58.
- ; Costa, Adelaide Millán. “Municipal power”. Em José Mattoso dir., Maria de Lurdes Rosa *et al.* eds. *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2010. 284-293.
- Arízaga Bolumburu, Beatriz. “Gentes de mar en los puertos medievales del Cantábrico”. Em Jesus Angel Solórzano Telechea *et al.* eds. *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012. 21-44.
- Barata, Filipe Themudo e Henriques, António Castro. “Economic and fiscal history”, Em José Mattoso dir. Maria de Lurdes Rosa *et al.* eds. *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2010. 261-281.
- Beirante, Maria Ângela. *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG-JNICT, 1995.
- Botão, Maria de Fátima. *Silves, Capital de um Reino Medieval*. 2.ª Edição. Silves: Câmara Municipal de Silves, 1992.
- . *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.
- Braga, Paulo Drummond. *Setúbal medieval: séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998.
- Coelho, Maria Helena da Cruz Coelho. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: IN-CM, 1983. 2 vols.
- . “Municipal power”. Em José Mattoso dir., Maria de Lurdes Rosa *et al.* eds. *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2010. 284-293.

- Conde, Manuel Sílvio. *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia, 2000. 2 vols.
- Corrêa, Fernando Calapez. *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- Corte-Real, Manuel Henrique. *A feitoria portuguesa na Andaluzia: 1500-1532*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1967
- Costa, Adelaide Millán. “Quand les médiévistes arrivent aux petites villes”. Em Adelaide Millán Costa ed. *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: perspectives de recherche*. Lisboa: IEM, FCSH/NOVA, 2013. 145-148.
- . “Is there a model of political identity in the small cities of Portugal in the late Middle Ages? A preliminary theoretical approach”. *Imago Temporis. Medium Aevum* 10 (2016): 231-243.
- . “Ciudades y villas en el reino de Portugal en la Baja Edad Media. Los factores político y jurisdiccional como criterios de jerarquización”, *Anuario de Estudios Medievales* 48, 1: *La jerarquización urbana en la Baja Edad Media. Aspectos políticos, socioeconómicos y devocionales*, (2018): 25-47.
- ; Andrade, Amélia Aguiar; Tente, Catarina. *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM, CMCV, 2017.
- Costa, Leonor Freire, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*. Lisboa: Patrimónia, 1997.
- Cunha, Maria Cristina e Pimenta, Maria Cristina. “A comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem”. Em *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg, Câmara Municipal de Loulé, 1987. 305-347.
- Dias, João José Alves. “A População”, Em DIAS, João José Alves coord. *Portugal do Renascimento a crise dinástica*. Vol. 5, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques dirs. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. 11-52.
- Dias, João José Alves. *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: FCG-JNICT, 1996.
- Domingues, Francisco Contente. *Os navios do mar oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- Duarte, Luís Miguel. “A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África”. Em Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano dirs. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I, José Mattoso coord. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. 289-441.
- Espinosa, Fernanda. “Calafate”. Em *Escritos Históricos*. Porto: Porto Editora, 1972. 176-177.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães, "duas vilas, um só povo". Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, ICS-UM, 2010.
- Fialho, Manuel. *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: s.n., 2017. Tese de Doutoramento em História, especialidade de História Medieval, apresentada FLUL, policopiada.
- Fonseca, Luís Adão da. “O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV”. Em Maria da Graça Marques (dir.), *O Algarve da antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- . e Pizarro, José Augusto Sotto Mayor. “Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval”. Em *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg, Câmara Municipal de Loulé, 1987. 61-89.

- Gonçalves, Iria. “Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame”. Em Iria Gonçalves, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 9-52.
- . “O nome”. Em Bernardo Vasconcelos e Sousa coord. *Idade Média*, vol. II, José Mattoso dir. *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, pp. 198-225.
- Langhans, Franz-Paul de Almeida. “Mesteres”. Em Joel Serrão dir. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Editora Figueirinhas, 1984, Vol. IV: *Lisboa-Páριο*, 282-283.
- Magalhães, Joaquim Romero. *Para o estudo Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.
- . *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- e Guerreiro, Manuel Viegas eds. *Dois Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- Marques, A. de H. Oliveira. “Mesteirais”. Em Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Editora Figueirinhas, 1984, Vol. IV: *Lisboa-Páριο*, 280-282.
- . *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques dirs. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- . “Les villes portugaises au Moyen Âge (XIVe-XVe siècles)”. Em *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge. Hommage à Monsieur le Professeur Jacques Heers*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1994. 106-107.
- Martínez Martínez, Sérgio. *Villas fracasadas en el desarrollo urbano medieval del País Vasco*. Santander: s.n., 2015, Tese de Doutoramento apresentada na Universidad de Cantabria, policopiada.
- Melo, Arnaldo. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média. O Porto, c. 1320 - c. 1415*. Porto: Faculdade de Letras. 2009. Tese de Doutoramento em História (Idade Média) apresentada à UM e EHESS, policopiada, 2 vols.
- Menjot, Denis. “La élite dirigente urbana y los servicios colectivos en la Castilla de los Trastámaras”. *Dominar y controlar en Castilla en la Edad Media*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2003. 140-170.
- Mingorance Ruiz, José Antonio. *Los extranjeros en Jerez de La frontera a Fines de La Edad Media*. Sevilha: s.n. 2013. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Pablo de Olavide, policopiada, 2 vols.
- Pereira, Maria Teresa Lopes. *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- Pereira, Mariana. *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)*. Lisboa: s.n., 2020. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH/UNL, policopiado.
- Pico, Maria Alexandra Tavares Carbonell. *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1963.
- Polónia, Amélia, *A expansão ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: IN-CM, 2007. 2 vols.
- Reis, António Matos. *História dos municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Rodrigues, Ana Maria, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: FCG, 1995.
- Sañez Reguart, António. *Diccionario historico de los artes de pesca nacional*. Introdução de Juan Carlos Arbex. Madrid: MAPYA, 1988, 2 tomos.

- Sebastián Moreno, Javier, *La ciudad medieval como capital regional, Burgos, siglo XV*. Madrid: s.n. 2017, Tese de Doutoramento apresentada na Universidad Autónoma de Madrid, policopiada.
- Silva, Gonçalo Melo da. “Un poder que viene del Mar Océano: Las Cofradías de los Hombres del Mar en el Algarve a fines de la Edad Media”. Em Jesus Telechea Solórzano *et al.* (eds.), *Las sociedades portuarias de la Europa Atlántica en la Edad Media*. Logroño, 2016. 115-135.
- . “A Coroa, as vilas e o mar: A rede urbana portuária do Algarve (1266-1325)”. Em Adelaide Millán da Costa *et al.*, *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM, CMCV, 2017. 547-575.
- . *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: s.n., 2021, Tese de Doutoramento em História - Área de Especialização em História Medieval, policopiada, 2 vols.
- Silva, Maria João. *Aveiro medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991.
- Silveira, Ana Cláudia. “Estratégias económicas dos espatários na valorização dos recursos do litoral a Sul do Tejo no final da Idade Média”. Em Jesus Angel Solórzano Telechea e Mário Viana eds. *Economia e Instituições na Idade Média. Novas abordagens*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2013. 129-154.
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: 1982-1984, 2 vols.
- Vasconcelos, Damião Augusto de Brito. *Notícias históricas de Tavira 1242-1840*. 3.^a edição. Tavira: CMT, 1999.
- Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização, 1966, 2 vols.